

SUBCOMITÊ PERMANENTE DE ZELADORIA URBANA - DECRETO 59.249/2020

RESUMO EXECUTIVO da 16ª Reunião, 29 de setembro de 2021

Presentes: Maria Luiza Gama (SMDHC), Giovanna Carlos de Oliveira (SMDHC), Caio Moraes Reis, Neiva Maria de Paula (Subprefeitura da Sé), Adriano Nicolau (SMSUB), Roseli Kraemer, Cleiton Ferreira (É de Lei), Robson Mendonça (MEPSR), Humberto Gomes do Carmo (SMSUB), Alderon Costa (Rede Rua), Erasmo Magalhães (SMSUB), Bárbara Vicente (Ouvidoria Direitos Humanos), Rosiene Silvério, Verônica Brito Sepulveda (CLGDH), Darcy Costa (Rede Rua), Júlia Lima (Assessoria Suplicy), Wilherson Luiz (DPE), Aline Cristina (SMADS).

A reunião começou com a apresentação dos conselheiros presentes. Em seguida, a sra. Maria Luiza informou a substituição de Maria Caetano por Aline Cristina, da SMADS. E então, colocou uma das pautas a questão do relatório que, embora semestral, vai abordar 2019, 2020 e 2021. A versão final do documento vai ser entregue no final do mês de outubro, até lá, o mesmo pode sofrer edições levantadas inclusive durante a reunião.

No momento dos informes, o sr. Alderon Costa repassou que “O Trecheiro”, jornal da população em situação de rua, fez 30 anos e, em comemoração, foi realizado um evento no domingo, 3 de outubro, às 14:30, na quadra da Rede Rua. Completou que todos os exemplares do jornal estão disponíveis no site da Rede Rua. O link do acervo e o convite foram enviados no grupo de Whatsapp.

Posteriormente, Maria Luiza informou sobre uma formação que ocorreu na Subprefeitura da Sé. O público alvo foram os fiscais das equipes de zeladoria urbana e o tema principal foi sobre comunicação e direitos humanos. Em relato, foi informado que as responsáveis pela formação puderam ouvir os fiscais, suas histórias e queixas, tentando estabelecer uma ponte. Os fiscais convidaram a equipe da Coordenação para acompanhar as ações de zeladoria urbana no território da subprefeitura.

Com a abertura de comentários, a sra. Rosiene falou sobre o caso que aconteceu dias antes da formação - a cidadã solicitou a realização de uma ação de zeladoria em um determinado espaço, assim, ficou firmado hora, dia e local. No dia da ocorrência, a Sra. Rosiene chegou alguns minutos depois que a operação havia começado e brigou com os agentes que recolhiam alguns pertences da moça que

Rosiene estava ajudando. Alguns pontos foram levantados acerca do caso: a falta de um frente feminina da GCM para atuar em casos como este, as possíveis intimidações por parte da Guarda e a fala violenta. Assim, o sr. Cleiton sugeriu a realização de aulas públicas com a população em situação de rua e a presença desta mesma nas formações de zeladoria. Em resposta, a sra. Maria Luiza concordou com as ideias e afirmou que as formações e aulas públicas com a PopRua podem acontecer com a melhoria da situação da pandemia do novo coronavírus.

Em defesa da guarda municipal, o sr. Adriano Nicolau pediu a fala para pontuar que os servidores da GCM já têm formação com base nos direitos humanos, que as respostas às situações de desacato estão previstas no Código Penal, e que é padrão a presença de 12 guardas acompanhando os agentes de zeladoria.

O sr. Robson Mendonça reforça a denúncia sobre falas intimidatórias, desvio de conduta e viaturas em alta velocidade pela região do centro. Cita o caso de uma mulher trans que, buscando água com seu marido, foi abordada e perdeu os documentos, tomados por agentes.

Em defesa, o sr. Humberto afirma que a atuação dos agentes de zeladoria está sempre dentro dos limites do decreto, mas assume que a condução depende também do gestor responsável. Em conformidade, a fala do sr. Erasmo ressaltou que o trabalho de zeladoria é de integração, ou seja, os agentes também criam vínculos com a população, que acabam colaborando nas próprias ações. Por fim, destaca que a PopRua também tem deveres.

O sr. Darcy pede para que inclua-se nas formações alguns trechos da nova resolução 40, formulada pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos, e a nova política nacional para população em situação de rua encaminhada e aprovada no Conselho Nacional de Justiça.

Representante da Defensoria Pública Estadual, o sr. Wilherson propõe a distribuição de panfletos e cartazes nos locais de maior concentração de poprua, o objetivo é aprimorar a comunicação e sistematizar a circulação de informações de maneira simples. Posteriormente, o sr. Darcy complementa com a sugestão de divulgação nos equipamentos que atendem a população alvo.

O sr. Alderon Costa reforça a importância de se estabelecer uma ponte de contato entre a população em situação de rua e os agentes de zeladoria, algo que

deve ir além dos momentos de limpeza das ruas. A proposta levantada pelo Sr. Cleiton, de inserir essa população nas formações, é um passo nesse caminho.

Em apresentação, a Sra. Maria Luiza reforçou que ofícios que pediam o envio de pontos focais de zeladoria em cada subprefeitura foi enviado mas não obteve significativas respostas até então. O objetivo de conquistar esses contatos específicos é a de dar celeridade na fiscalização de violações de direitos. Em resposta a necessidade de se obter um novo fluxo de denúncias, que inclua rápidas devolutivas.

Representando a Ouvidoria de Direitos Humanos, a sra. Bárbara relata o caso da sra. Rafaelle, a moça trans que o sr. Robson mencionou. A ouvidora destacou que tem-se construído uma articulação para ela conseguir vaga em algum centro de acolhida. Evidenciou, em sua fala, que muitas pessoas não aceitam formalizar denúncias porque sentem medo de represálias e perseguições. Encaminhou-se uma reunião com a equipe de Ouvidoria para melhores informações - reunião esta que envolve discussão de estratégias de retenção das denúncias. Algumas pessoas manifestaram interesse em participar do encontro: Robson Mendonça, Alderon Costa e Roseli Kraemer.

O sr. Wilherson levantou que é importante também um mapeamento com as divisões de equipes para evitar encaminhamentos truncados. A Coordenação ficará responsável por construir isso junto com a planilha de contatos, contando com o apoio do sr. Humberto e sr. Erasmo.

Em seguida, a Sra. Maria Luiza apresentou o relatório de denúncias que destrincharam as características de 8 relatos formalizados entre os anos 2019, 2020 e 2021. Parte dos presentes na reunião demonstraram surpresa com o número tão baixo de denúncias, o que significa que na verdade muito do que acontece não é submetido ao sistema. Neste sentido, a sra. Bárbara sugeriu que, para o próximo relatório, uma conexão com outros equipamentos seja feita a fim de incluir mais casos. E deu o exemplo de que os casos da ouvidoria só podem ser registrados em ofícios se a pessoa solicitar - o que não acontece pelo motivo já citado, medo de represálias. Bárbara também completa que um fluxo redesenhado leva em consideração a emergencialidade e, neste caso, o contato é direto com a subprefeitura. Assume, por fim, que isso ainda é insuficiente, mas existe.

Em relação a devolução de pertences, algo bastante discutido no espaço do comitê, Maria Luiza quer colocar nos próximos relatórios se a pessoa teve seus

bens de volta ou não. Este novo monitoramento, com novas estratégias, vai levar em consideração essa importante informação. Ainda sobre o próximo relatório, Alderon Costa reforça juntar informações de vários órgãos e equipamentos e inclui relatar os casos que foram judicializados e que tiveram causa ganha, ou não. Além disso, o mesmo reforça a dificuldade de se fazer uma denúncia, sobretudo em termos de localização. Assim, a sugestão é promover um canal de denúncias, como o Disk 100.

O sr. Cleiton retomou a sugestão de se encaminhar uma reunião, extraordinária, com a secretaria de segurança. Em resposta, a sra. Maria Luiza propôs de isso ter como espaço de discussão o próprio Comitê PopRua. A sra. Roseli Kraemer, por sua vez, levantou a ideia de se criar um grupo no Whatsapp, com representantes de zeladoria, pontos focais, contatos do Consultório na Rua e outros equipamentos a fim de sinalizar emergências e melhorar o fluxo de informações e encaminhamentos.

Por último, ficou-se de retomar o assunto na próxima reunião e a sugestão do Sr. Robson foi de convocar algum representante da saúde para passar informações acerca da abordagem de pessoas que estão alteradas por drogas lícitas ou ilícitas e redução de danos. Posteriormente, o mesmo assunto será repassado em formações com agentes de zeladoria.

ENCAMINHAMENTOS:

- 1) Atualizar pontos focais;
- 2) Construir um mapeamento com as divisões de equipes para evitar encaminhamentos truncados;
- 3) Articular com outros equipamentos um recolhimento das denúncias e as informações principais que devem ser registradas;
- 4) Conversar com a Saúde e repassar nas próximas formações como lidar com pessoas que estão alteradas e sobre redução de danos;
- 5) Montar um grupo com os representantes da ponta: contatos do Consultório na Rua, Emergência, SEAS, Zeladoria, GCM e Ouvidoria para que as informações tenham melhor dinamicidade;